

AFIXADO EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

RETIRAR EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**EDITAL N.º 109/2013****Cascais**  
Câmara Municipal

CARLOS MANUEL RODRIGUES COELHO; Diretor do Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização, com subdelegação de competências conferida pelo Despacho n.º 133/2012, de 22 de Agosto, emitido pelo Exmo. Senhor Vereador João Sande e Castro.

FAZ PÚBLICO que por esta Câmara Municipal correm Éditos, notificando:

**MARIA TERESA ALAGOA PEDRO**

com morada conhecida em: **Praceta Nova Aliança, n.º 24 – 3.º esq.º - Mata da Torre - S. Domingos de Rana,**

do teor do **despacho de decisão final** proferido em de **07 de janeiro de 2013**, pelo Senhor Vereador João Sande e Castro, sobre o Processo de Demolição n.º **89/2011**, e cujo teor abaixo se transcreve:

“No uso da competência conferida pela alínea m) do n.º 2 do Art.º 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e pelo n.º 1 do art.º 106.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 26/10 de 30 de março, que me foi delegada pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascais, pelo Despacho n.º 92/2012, ponto 7.1, de 6 de junho.

Na sequência da participação n.º **89/2011**, onde se descreve a situação da obra tal como se encontrava à data da sua detecção.

**Conforme informação da DALU, datada de 22 de outubro de 2012 a obra executada não é suscetível de legalização.**

Mantém-se, assim, a existência de uma obra que violou o disposto no **art.º 4.º, n.º 1 e n.º 4 alínea c)** do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro republicado pelo Decreto-lei n.º 26/10 de 30 de março.

Determino a demolição/reposição da obra de **construção de uma marquise, com uma estrutura de alumínio e vidro, com uma área de cerca de 2,80m<sup>2</sup>**, sita na **Praceta Nova Aliança, n.º 24 – 3.º esq.º - Mata da Torre, freguesia de S. Domingos de Rana.**

A demolição voluntária da obra tem que ser efectuada no prazo de **10 dias**, após a notificação.

Decorrido o prazo para a conclusão dos trabalhos de demolição sem que a ordem se mostre cumprida, proceder-se-á à demolição da obra por conta do infrator, pelo que determino desde já a tomada de posse administrativa do prédio onde se localiza a obra a demolir”.

Incorrendo V. Ex.ª no crime de desobediência previsto e punido pelo Art.º 348.º do Código Penal, por força Art.º 100.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30 de Março, podendo então esta Câmara Municipal proceder à demolição da obra a expensas do notificado face ao disposto no n.º 4 do Art.º 106.º do mesmo diploma legal.”

MAIS NOTIFICO, que o processo pode ser consultado mediante marcação prévia, na Secção Administrativa do Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização, sito na Rua António Andrade Júnior, n.º 16 Alto da Pampilheira, em Cascais, todos os dias úteis das 9:00h às 16:00h.

Para constar se publica o presente EDITAL e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Cascais, 08 de março 2013

Carlos Manuel Rodrigues Coelho  
Diretor do Departamento de Polícia Municipal e Fiscalização  
(com subdelegação de competências)

I-CMC-2011-8654  
SAPD/SP